



ANO XVIII - Nº 227- 20/02 a 03/03/2017

CUT BRASIL

CONTRAF

FEUC

# PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

## CUT lança "Aposentômetro"

**E**m parceria com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios Econômicos), a CUT criou o "Aposentômetro". É uma calculadora que ajudará os trabalhadores e as trabalhadoras a descobrir com qual idade se aposentarão, caso seja aprovada a Reforma da Previdência proposta pelo governo ilegítimo de Michel Temer. O "Aposentômetro" vai mostrar o quanto a classe trabalhadora será prejudicada se a reforma passar no Congresso.

### "REAJA AGORA OU MORRA TRABALHANDO"

**C**om o mote "Reaja agora ou morra trabalhando", a CUT deu início a um movimento que pretende tomar as ruas do país pela preservação da aposentadoria, um direito histórico da classe trabalhadora. O "Aposentômetro" é uma das ações que contribuirão para dar aos trabalhadores argumentos para combater essa reforma.

**No Pactu** - O "Aposentômetro" pode ser localizado no site [www.pactu.org.br](http://www.pactu.org.br). Confira e saiba quanto tempo lhe resta de trabalho até a aposentadoria nas regras atuais e como ficará se a proposta de Reforma da Previdência do governo for aprovada pelo Congresso Nacional.



### Centrais confirmam dia de protestos contra Reforma da Previdência

As centrais sindicais confirmaram a realização, em 15 de março, de um dia nacional de protestos e paralisações contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, de reforma da Previdência. Os trabalhadores na Educação já haviam aprovado, em congresso da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação), uma paralisação nessa data. Segundo as entidades, "várias ações serão realizadas em conjunto" para impedir a aprovação da PEC, que representa, na prática, o fim da aposentadoria para milhões

de brasileiros. Estão previstas para os próximos dias manifestações em aeroporto e bases eleitorais dos deputados. A Câmara já instalou uma comissão especial para avaliar a proposta. "A unidade de luta é fundamental contra este que é o maior ataque aos direitos dos trabalhadores", afirma o presidente da CUT, Vagner Freitas. "É preciso organizar a sociedade brasileira e alertar as pessoas sobre o real objetivo das mudanças que afetam toda a classe trabalhadora", avisa.

**Ricardo Barros quer privatizar a saúde pública**

PÁGINA 2

**Protesto contra o fechamento da agência do Itaú em Luiziana**

PÁGINA 3

**Sindicato promove debate sobre mulheres na política**

PÁGINA 4

## SAÚDE BEM ESTAR



### Centrais Sindicais repudiam parecer do Conselho Federal de Medicina

O Fórum Nacional das Centrais Sindicais em Saúde do Trabalhador, juntamente com os movimentos sociais, ONGs e associações convidadas e atuantes na defesa da segurança e saúde do trabalhador, emitiu nota de repúdio ao parecer CFM 3/17. "O novo parecer do Conselho Federal de Medicina - CFM, que autoriza o médico do trabalho das empresas a contestar o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário - NTEp, um critério de avaliação de incapacidade laboral exclusivo do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, é, além de um absurdo, um outro grande ataque à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país. O NTEp é uma conquista dos trabalhadores, que entrou em vigor em 2007 e não pode ser golpeado dessa forma, ainda mais com o aval do CFM", explica Walcir Previtalo, secretário nacional de saúde do trabalhador/a da Contraf-CUT. O NTEp já foi sabotado por muitos peritos do INSS ao negar a concessão de benefício acidentário ao trabalhador que reunia condições necessárias para recebê-lo. As empresas já contestam os benefícios de espécie acidentária que o INSS concede aos trabalhadores segurados. "Agora mais uma sabotagem, colocando o médico da empresa, o médico do banco, diretamente para contestar o direito acidentário do trabalhador. Considerando que o médico do trabalho é pago pelo patrão, logicamente não defenderá a saúde do trabalhador. Mais uma vez vai defender a saúde da empresa", conclui Walcir Previtalo.

## Ricardo Barros quer privatizar a saúde pública

Com a finalidade de mostrar serviço, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, vem colocando em prática a sua proposta de privatizar a saúde. Isto acontece em meio a uma avalanche de notícias sobre a debandada de clientes dos planos privados. Em atendimento à determinação de Barros, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu, no final de janeiro, constituir um grupo técnico com representantes de todos os seus setores, para analisar a viabilidade técnica de tornar os planos de saúde mais acessíveis à população.

De acordo com o coordenador do Movimento Chega de Descaso, o farmacêutico Leandro Farias, é "uma arapuca" para os usuários, montada pelo governo em defesa de um setor que tem faturamento anual na casa dos R\$ 100 bilhões. "A armadilha está no oferecimento de uma cobertura menor, por meio da alteração da Lei nº 9.656/98, que regula os planos, e da redução do rol de procedimentos que constitui a cobertura mínima obrigatória oferecida pelos planos privados aos usuários."

#### Arrecadação

Outro ponto importante, conforme Leandro, é que o Estado deixará de arrecadar ainda mais por conta da renúncia fiscal



com o aumento do número de usuários de planos privados de saúde. Ele aponta dados de 2013, o país deixou de arrecadar mais de R\$ 25 bilhões com a renúncia fiscal referente a gastos com a saúde – o que configura um verdadeiro subsídio ao setor privado. Para Leandro, os planos populares não diminuiriam o número de usuários no setor público. "Isto porque procedimentos onerosos como transplantes, vacinas, políticas de acesso a medicamentos para o HIV/AIDS, vigilância sanitária, entre outros, continuariam custeados pelo SUS", alertou.

## Ação derruba reajuste no Saúde Caixa

No mês de janeiro, a direção da Caixa surpreendeu negativamente a todos com um reajuste no Plano de Saúde, que segundo o Acordo Coletivo, teria que ser negociado junto às entidades representativas.

Conforme o Aditivo à Convenção Coletiva 2016/2018, os aumentos devem ser negociados no Conselho de Usuários do Saúde Caixa e na mesa permanente, mediante a apresentação de números que mostrem a necessidade.

Também segundo o Acordo Coletivo, cabe aos titulares arcarem com 30% das despesas assistenciais, e a caixa com 70%. Hoje, porém, trabalhadores e trabalhadoras pagam mais de 30%.

O relatório financeiro de 2016 aponta superávit da ordem de R\$ 66 milhões. No acumulado, são quase R\$ 700 milhões. Com os aumentos anunciados na semana passada, essa porcentagem será ainda maior. As ações judiciais da Contraf-CUT e Feneae ganharam liminarmente a suspensão do reajuste.

A Caixa informou que, por problemas internos, em fevereiro o débito do Saúde Caixa dos empregados foi efetivado via conta-salário. A Comissão dos Empregados lembra que a liminar que desautoriza o reajuste no Saúde Caixa está em vigor e, portanto, não podem ter ocorrido aumentos.

**Itaú****GT de Saúde e Condições de Trabalho se reúne com o Itaú**

Em reunião realizada dia 15/02, do GT de Saúde e Condições de Trabalho do Itaú, os representantes dos trabalhadores avançaram no debate sobre uma nova metodologia de afastamento do trabalho. Entre os principais assuntos abordados estiveram os problemas do programa de readaptação profissional do banco, a falta de emissão de CAT pela empresa e a discriminação em relação aos trabalhadores que retornaram de licença médica, observando-se, em muitos casos, assédio moral.

Um dos principais problemas do programa de adaptação citados pelo movimento sindical foi a falta de autonomia dos médicos do trabalho. Em muitos casos, os médicos da empresa não acatam as restrições ou o próprio atestado fornecido pelo médico assistente do trabalhador.

Consequentemente, muitos trabalhadores afastados, ao retornarem ao trabalho, são prejudicados no processo de avaliação, pois voltam com restrições. Alguns, inclusive, são colocados em funções rebaixadas ou transferidos para locais muito distantes de suas residências, o que prejudica ainda mais sua saúde.

**Demissões e fechamento** - A COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Itaú também cobrou o fim da onda de demissões e fechamento de agências em todo o país. "É inadmissível compactuar com tantas demissões sem motivos pertinentes.

Estamos recebendo muitas notificações de casos de demissões por justa causa com motivos banais. O banco precisa reavaliar estes casos", ressaltou Sandra Homeniuk, representante do Pactu na COE do Itaú.

**Reestruturação BB: conciliação**

A Contraf-CUT participou no dia 2 de março de uma audiência de mediação relacionada a reestruturação do Banco do Brasil, na sede da Procuradoria Geral do Trabalho, em Brasília. Além da Contraf-CUT, estavam presentes representantes de diversos sindicatos e federações, entre esses a FetecCUT/PR.

Banco do Brasil apresentou um mapa das perdas salariais dos realocados. Ainda de acordo com o documento, o banco criou o conceito de grupo de funções para facilitar a realocação dos funcionários. Com isso, mais 522 trabalhadores foram realocados em grupos de funções com valores inferiores. Sobre o VCP parcial, quando o funcionário foi para uma comissão menor, já totaliza

1243. Desde o início do processo de reestruturação do BB, anunciado no final do ano passado, 1313 funcionários foram realocados. Em maio será realizada nova avaliação.

Em relação aos caixas, o Banco do Brasil informou que após negociação com a Contraf-CUT, houve alteração na data de retirada de gratificação dos caixas executivos para 31 de maio. A medida iguala aos caixas aos demais que já recebem o VCP.

Já foram realocados 411 caixas, de um total de 1100. Atualmente, 689 ainda precisam ser realocados. Para os sindicatos, as negociações estão aquém do esperado, mas reconhece avanços importantes.

**Itaú****Protesto contra o fechamento da agência do Itaú em Luiziana**

Uma semana após o Itaú assumir o posto de maior banco do país, o banco das famílias Setubal, Villela e Moreira Salles continua seu processo de reestruturação, fechando agências e demitindo funcionários. Luiziana, na região de Campo Mourão, é mais uma das cidades paranaenses que podem ficar sem agência do Itaú. Com o apoio da Prefeitura e população local, o Sindicato dos Bancários de Campo Mourão paralisou o atendimento ao público até 12h, coletou assinaturas em um abaixo-assinado pedindo o não

fechamento da agência e alertou que é a única agência bancária do município, que tem aproximadamente 7.300 habitantes e fica a uma distância de 32km da cidade mais próxima.

O documento com as assinaturas será encaminhado a diretoria do banco. Nivalda Sguissardi Roy, presidente do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão, lembra que o slogan do banco é "Itaú feito para você", e questiona: "se é para todos, por que não para Luiziana?"

**PDVE Caixa****Regras do equacionamento são mantidas**

As regras do Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE) lançado pela Caixa Econômica Federal e sua posterior alteração, após persistente pressão das entidades sindicais de todo o país, têm despertado dúvidas nos empregados. Um dos pontos que continua causando questionamentos é a respeito das contribuições para a Funcef após o rompimento do vínculo de trabalho. A Fenae obteve mais esclarecimentos. De acordo com a Caixa, no fim do vínculo, as contribuições normais por parte da patrocinadora cessam. No caso de equacionamento, a patrocinadora, participantes e assistidos arcam, na proporção de suas contribuições, como previsto na CGPC 26 e na

própria lei complementar 108. Nessa situação, as contribuições não são nominadas de extraordinárias. O banco também prestou o mesmo esclarecimento ao Ministério Público do Trabalho. Em audiência realizada no dia 17 de fevereiro, a Caixa esclareceu que observará as regras de regência da matéria sobre previdência privada. Por causa do curto prazo de adesão, que terminou no dia 24 de fevereiro, muitos empregados têm solicitado esclarecimentos às entidades representativas. A Fenae publicou um texto no formato Perguntas e Respostas sobre o tema. A Fenae reitera que aderir ao PDVE sem a certeza de como será a reforma da Previdência pode significar mais tempo de contribuição do que o previsto inicialmente.

**Toledo**

# Sindicato promove debate sobre mulheres na política

N o dia 01 de Março de 2017, o Sindicato dos Bancários de Toledo sediou o evento "Roda de Conversa com Gleisi | Mulheres na Política". A Senadora Gleisi Hoffmann, juntamente com outras lideranças, esteve em Toledo para uma conversa com as mulheres da Região Oeste do Paraná.

Nesta Roda de Conversa com Gleisi | Mulheres na Política foram discutidos vários temas, entre eles: Os constantes ataques aos direitos das mulheres (assim como dos trabalhadores de uma forma geral) e como se organizar para frear esses retrocessos. O Momento é propício, pois com a proximidade do Dia Internacional da Mulher e da manifestação que promete ser a maior manifestação de mulheres da história, a presença da senadora Gleisi foi muito importante, para colocar a par de tudo o que está ocorrendo em Brasília e ajudar refletir de forma aprofundada sobre o cenário nacional. Avalia a Diretora do do sindicato, Lucia Brentano Vogt

Mais mulheres na política, mais política para mulheres!



## Posse no Seeb Campo Mourão



Reafirmando o compromisso com a categoria bancária e a classe trabalhadora, a nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão e Região tomou posse em 03/02 para o quadriênio 2017/2021. "Juntos, com ousadia, resistência e luta, seremos capazes de vencer os desafios", afirma a presidente reeleita da entidade, Nivalda Squissardi Roy. A posse festiva será feita juntamente com a inauguração do Auditório do Sindicato, quando da conclusão da obra.

## Fabiano Felix vence a eleição do CAREF

O s bancários do Banco do Brasil elegeram em segundo turno Fabiano Felix para o CAREF (Conselho de Administração do Banco do Brasil). Felix teve desde o primeiro turno o apoio dos sindicatos do Pactu e da Contraf-CUT.

O resultado foi divulgado na manhã do último dia 23 de fevereiro.

Fabiano Felix teve 20 mil votos e Rosineia sua adversária teve 16 mil. "Esta vitória é fruto de um amplo esforço de debates com as entidades representativas, sindicatos, aposentados, uma frente ampla e plural em defesa do Banco do Brasil como Banco público" destacou Fabiano.

O Caref tem mandato de dois anos e, entre suas funções, está a fiscalização da execução da política geral de negócios e serviços da instituição financeira.

